

## CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA

### COMUNICADO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXAMINADORA DO II CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO Nº 05/08, DE 18 DE ABRIL DE 2008.

O Presidente da Comissão Examinadora do II Concurso Público de Provas e Títulos para Seleção de Estagiários de Direito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo vem tornar público o conteúdo programático do certame:

#### **I – Programa de Direito Constitucional**

- 1 - Conceito, objeto e elementos da Constituição.
- 2 - Classificação das constituições.
- 3 - Controle de constitucionalidade.
- 4 - Poder constituinte.
- 5 - Dos princípios fundamentais .
- 6 - Dos direitos e garantias fundamentais .
  - 6.1 – Dos deveres e direitos individuais e coletivos.
  - 6.2 - Das ações constitucionais.
  - 6.3 – Dos direitos sociais.
- 7 - Da organização do Estado e da repartição de competências.
- 8 - Da Administração Pública .
  - 8.1 – disposições gerais e princípios administrativos.
- 9 - Da organização dos Poderes.
  - 9.1 – Do poder Legislativo e do processo legislativo.
  - 9.2 - Das funções essenciais à justiça.
  - 9.3 - Da Advocacia e da Defensoria Pública.
- 10 - Da defesa do Estado e das instituições democráticas.
  - 10.1 - Da segurança pública.
- 11 – Da Ordem Econômica e financeira.
  - 11.1 – Da política urbana.
  - 11.2 – Da política agrícola e fundiária e da reforma agrária.
- 12 - Da ordem social.
  - 12.1 - Da educação da cultura e do desporto.
  - 12.2 - Da comunicação social.
  - 12.3 - Do meio ambiente.
  - 12.4 - Da família, da criança, do adolescente e do idoso.

#### **II - Programa de Direito Civil**

- 1- Das pessoas Naturais.
- 2- Da Personalidade e da Capacidade.
- 3- Dos Direitos da Personalidade.
- 4- Do Domicílio.
- 5- Das Diferentes Classes de Bens.
- 6- Dos Bens considerados em si mesmos.
- 7- Dos bens móveis e imóveis.
- 8- Dos Bens reciprocamente considerados.
- 9- Bem de Família.
- 10- Dos atos e dos fatos jurídicos.
- 11 – Da prescrição e da decadência.
- 12- Do Direito das Obrigações: Conceito, Elementos constitutivos, fontes, modalidades. Classificação quanto ao objeto, quanto aos elementos. Outras espécies de obrigação.
- 13- Direito dos Contratos: Negócio Jurídico, compra e venda, locação.
- 14 – Da responsabilidade civil.
- 15- Do Direito das Coisas: Posse, Propriedade.

16- Do direito de Família: dos impedimentos matrimoniais, espécies de casamento, efeitos jurídicos do casamento, regime de bens, dissolução da sociedade e vínculo conjugal, da proteção das pessoas dos filhos, concubinato e união estável.

17- Das relações de parentesco, da filiação no casamento, do reconhecimento dos filhos, da adoção.

18- Dos Alimentos: Conceito e espécies, obrigação alimentar e direito a alimentos. Características e pressupostos. Pessoas obrigadas, meios de assegurar o pagamento da pensão. Disposições da Lei 5478/68 (Lei de Alimentos).

19- Da Tutela e Curatela.

20 – Direito das sucessões. Sucessão em geral, sucessão legítima e testamentária. Do inventário e da partilha.

21 – Código de Defesa do Consumidor – Lei 8.078/90. Dos direitos do consumidor.

### **III. Programa de Direito Penal**

1 - Direito penal constitucional, art. 5o., XXXIX a XLVII, CF/88. Parte geral do Código Penal. Da aplicação da lei penal. Do crime. Da imputabilidade penal. Do concurso de pessoas. Das penas. Das medidas de segurança. Da punibilidade: ação penal e extinção da punibilidade. Arts. 1o. a 120, CP.

2 - Crimes contra a pessoa. Homicídio, art. 121, CP. Lesões corporais, art. 129, CP.

3 - Crimes contra a honra. Calúnia, art. 138, CP. Difamação, art. 139, CP. Injúria, art. 140. Disposições comuns, art. 141, CP. Exclusão do crime, art. 142, CP. Retratação, art. 143 a 145, CP.

4 - Crimes contra a liberdade individual. Ameaça, art. 147, CP.

5 - Crimes contra o patrimônio. Furto, art. 155, CP. Roubo, art. 157, CP. Extorsão, art. 158, CP. Dano, art. 163, CP. Apropriação indébita, art. 168, CP. Estelionato, art. 171, CP. Receptação, art. 180, CP. Disposições gerais, arts. 181 a 183, CP.

6 - Crimes contra a propriedade intelectual. Violação de direito autoral, art. 184, CP

7 - Crimes contra a liberdade sexual. Estupro, art. 213, CP. Atentado violento ao pudor, art. 214, CP. Disposições gerais, arts. 223 a 226, CP.

8 - Crimes contra a paz pública: quadrilha ou bando, art. 288, CP.

9 - Crimes contra a fé pública. Falsificação de documento público, art. 297, CP. Falsificação de documento particular, art. 298, CP. Falsidade ideológica, art. 299, CP. Uso de documento falso, art. 304, CP.

10 - Dos crimes contra a administração pública. Resistência, art. 329, CP. Desobediência, art. 330, CP. Desacato, art. 331, CP.

11 - Legislação penal especial: Lei 10.826/03, arts. 12 a 16. Lei 11.343/06, arts. 28 e 33. Lei 9503/97, arts. 302, 303, 306 e 308. Lei 8072/90, arts.

1o., 8o. e 9o. Lei 9605/98, arts. 2o. a 24. Decreto-lei 3688/41, arts. 14, 39, 47, 59 e 60. Pacto de São José da Costa Rica, arts. 4o., 5o., 7o. e 9o.

### **IV. Programa de Direito Processual Civil**

1- Norma processual no tempo e no espaço.

2 – Jurisdição.

3 – Processo.

4 – Ação.

5 – Partes.

6 –Litisconsórcio.

7 – Assistência.

8 - Intervenção de terceiros.

9 - Despesas processuais e multas.

10 – Procuradores.

11 - Substituição das partes e procuradores.

- 12 – Competência.
- 13 – Magistrado.
- 14 - Atos processuais.
- 15 - Atos das partes.
- 16 - Atos do juiz.
- 17 - Lugar e tempo dos atos processuais.
- 18 - Prazos processuais.
- 19 - Comunicação dos atos.
- 20 - Nulidade dos atos processuais.
- 21 - Formação do processo.
- 22 - Suspensão do processo.
- 23 – Procedimentos.
- 24 – Cautelares e Execução.
- 25 - Tutela antecipada.
- 26 - Tutela específica.
- 27 - Petição inicial.
- 28 - Resposta do réu.
- 29 – Provas.
- 30 – Audiência.
- 31 – Recursos.
- 32- Extinção do processo e coisa julgada.
- 33 - Leis nº 1060/50, 5.478/68, 7.347/85.

#### **V. Programa de Direito Processual Penal**

- 1 – Processo Penal. Garantias constitucionais do processo penal. Princípios. Fontes.
- 2 – Aplicação do Direito Processual Penal. A lei processual penal no tempo, no espaço e em relação às pessoas.
- 3 – Prisão e liberdade. Prisão cautelar. Prisão em flagrante. Prisão temporária. Prisão preventiva. Liberdade provisória com e sem fiança.
- 4 – Inquérito Policial. Instauração do inquérito. Procedimento.
- 5 – Jurisdição. Competência. Competência absoluta e relativa.
- 6 – Ação Penal. Condições da ação penal. Condições de procedibilidade. Ação penal pública incondicionada e condicionada. Ação penal privada. Ação penal privada exclusiva e subsidiária da ação pública. Denúncia e queixa. Renúncia. Decadência. Perempção e desistência. Perdão do ofendido.
- 7 – Sujeitos Processuais. Juiz. Ministério Público. Acusado. Defensor Público. Advogado. Assistente. Peritos e Intérpretes.
- 8 – Atos processuais de comunicação. Citação e Intimação.
- 9 – Interrogatório. Confissão. Defesa Prévia.
- 10 – Provas. Meios de prova e meios de defesa. Exame de corpo de delito e perícias em geral. Testemunhas.
- 11 – Ação Civil “ex delicto”. Execução civil da sentença penal.
- 12- suspensão condicional do processo, transação penal e composição civil dos danos.
- 13 – Procedimentos sumaríssimo, sumário e ordinário.
- 14 – Teoria geral dos recursos.
- 15 - habeas-corpus.
- 16 – Revisão criminal.
- 17 – Sentença.

#### **VI. Programa de Princípios Institucionais e Fundamentos para Atuação da Defensoria Pública**

- 1 - Constituição Federal
- 1.1 - O direito do Acesso à Justiça como direito fundamental - Artigo 5º.
- 1.2 - A Defensoria Pública como função essencial à justiça - Artigos 133º a 135º.
- 1.3 - O conceito de gestão e serviço público na Constituição Federal - artigo 37º.
- 2 - Lei Complementar Federal 80/94 - Artigos 1º ao 4º.

3 - Lei Complementar Estadual 988/06 - Organização da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e Regime Jurídico da Carreira de Defensor Público do Estado

3.1 - Disposições Iniciais - Artigo 1º ao 7º.

3.2 - Da Organização da Defensoria Pública do Estado - Artigos 10º e 11º.

3.3 - Da Defensoria Pública-Geral - Artigo 12º.

3.4 - Da Primeira Subdefensoria Pública-Geral - Artigo 20º e 21º.

3.5 - Da Segunda Subdefensoria Pública-Geral - Artigo 22º e 23º.

3.6 - Da Terceira Subdefensoria Pública-Geral - Artigo 24º a 25º.

3.7 - Do Conselho Superior - Artigo 26º.

3.8 - Da Corregedoria-Geral - Artigo 32º.

3.9 - Da Ouvidoria-Geral - Artigo 36º.

3.10 - Dos Órgãos de Administração - Artigos 44º e 45º.

3.11 - Dos Órgãos de Execução e de Atuação Dos Defensores Públicos - Artigos 49º a 51º.

3.12 - Dos Órgãos Auxiliares - Artigo 56º.

3.13 - Direitos e Deveres dos Estagiários - Artigos 72º a 84º.

3.14 - Dos Direitos e Deveres do Defensor Público - Artigos 158º a 167º.